

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
MIRAI/MG

Eu, MILLENA BARROCA ROCHA, venho, respeitosamente à presença de V. Exa., na condição de vereadora integrante desta Casa Legislativa, interpor o presente **RECURSO** relativo à formação e composição das Comissões nomeadas na Resolução 001/2021, conforme fatos e fundamentos a seguir expostos:

I – DAS RAZÕES DO RECURSO

Em 28 de janeiro de 2021, foi votada e aprovada por 7 votos a 0 a Resolução 001/2021, que "Nomeia os Membros das Comissões Permanentes do Legislativo Miraiense para o Biênio 2021/2022 e dá outras providências".

Apesar ter sido convocada para a reunião extraordinária de forma intempestiva, ou seja, há duas horas antes da reunião, sendo que o prazo legal é de 48h (Art. 124 do Regimento Interno), participei da reunião para que não fosse causado nenhum entrave nos trabalhos. Porém, após verificar o Regimento Interno da Casa, me causou estranhamento a Resolução 001/2021, posto que não seguiu o procedimento legal disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Mirai, tendo eu ficado inclusive, **EXCLUÍDA** de todas as comissões desta Casa Legislativa.

O art. 45 do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Mirai descreve como será realizada a votação para composição dos membros das comissões:

Art.45- Os Membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à Eleição da Mesa, por um período de 02(dois)

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRAI-MG
Nº PROTOCOLO 067/2021
04/02/2021

Assinatura

anos, mediante escrutínio público. Considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador do partido ainda não representado em outra Comissão ou o vereador ainda não eleito para nenhuma Comissão, ou finalmente, o vereador mais votado nas eleições municipais.

§1º- Far-se-á votação separada para cada Comissão através de cédulas impressas, datilografas ou manuscritas, assinadas pelos votantes com indicação dos nomes mais votados e da legenda mais votada nas Eleições Municipais.

§2º- O Vice-Presidente e o Secretário somente poderão participar de Comissões Permanentes quando não seja possível compô-la de outra forma adequadamente.

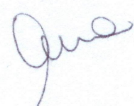
§3º- No caso de haver projeto em regime de urgência na Sessão de Eleição das Comissões Permanentes terá o projeto parecer nominal conjunto dos Vereadores.

II - Portanto, o próprio Regimento Interno da Câmara prevê a obrigatoriedade de realização de votação SEPARADA para cada Comissão, com cédulas que deverão ser assinadas pelos votantes, o que não ocorreu, posto que o Projeto de Resolução 001/2021 já chegou para ser votado pronto, com as Comissões já formadas, o que é vedado.

Junte-se ainda ao fato, que os vereadores do partido oposto ao da maioria dos membros possuir menos da metade de indicações.

Vale destacar que o §2º prevê a impossibilidade de participação em Comissões Permanentes do Vice-Presidente e do Secretário, funções essas atualmente exercidas pelos Ilustres Vereadores Laudair José Teodoro e Pedro Henrique Cruz Costa, respectivamente.

Entretanto, tal dispositivo legal não foi observado e respeitado quando da aprovação da Resolução 001/2021, posto que os supracitados vereadores estão em diversas Comissões Permanentes, não podendo se falar em impossibilidade de composição de forma adequada, posto que, conforme já dito, a subscrevente deste,



e o vereador Marcileide Carlos dos Santos poderiam ter sido nomeados nos lugares do Vice-Presidente e Secretário em diversas situações, considerando a vedação legal dos mesmos.

Por fim, cabe destacar que é direito de cada vereador concorrer aos cargos de Comissões, o que não foi assegurado quando da apresentação do Projeto de Resolução 001/2021, considerando que esta Recorrente sequer teve a oportunidade de concorrer às comissões, em clara ofensa aos direitos do vereador, previsto no art. 74, IV, do Regimento Interno da Câmara:

Art.74- É assegurado ao Vereador:

IV- concorrer aos cargos da Mesa e Comissões, salvo, impedimento legal ou regimental;

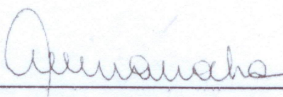
Desta forma, configuradas as nulidades acima apontadas, requer a apreciação de V. Exa., para fins de direito.

II – DOS PEDIDOS FINAIS

Ante o exposto, requer o conhecimento e provimento do presente recurso, para fins de que sejam reconhecidas as nulidades acima apontadas, com a consequente revogação da Resolução 001/2021 e posterior convocação dos Nobres Vereadores para realização da votação dos membros de cada Comissão, conforme determina o artigo 45 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mirai, respeitados os impedimentos legais e os direitos de concorrência aos cargos de cada vereador.

Nestes termos, pede deferimento.

Mirai/MG, 03 de fevereiro de 2021.



MILLENA BARROCA ROCHA